

L E I nº 3.691/2017

Data : 12 de junho de 2017.

Súmula: Autoriza o **SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE** - a instituir o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS/2017, para pessoa física e jurídica e dá outras providencias.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o **SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAAE**, autorizado a instituir o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS/2017, com a finalidade de implementar a arrecadação, bem como efetivar a regularização de créditos decorrentes de débitos inscritos e não inscritos em divida ativa dos contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas, com sede ou não no Município, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de Dezembro de 2016.

§ 1º - Os débitos inscritos previstos no "caput" deste artigo referem-se aos débitos, inscritos em divida ativa ou não, ainda que se encontrem em fase de inscrição ou de execução fiscal, os discutidos em mandado de segurança, ação ordinária ou por qualquer outra medida judicial, bem como os de procedimento administrativo inclusive débitos parcelado ou tenham sido objeto de parcelamento anterior.

§ 2º - Para os débitos já constituídos, os benefícios de que trata esta lei estender-se-ão somente para os juros de mora e multa moratória, aplicados a partir da data de sua constituição.

§ 3º - Os benefícios desta lei não alcançam as parcelas já pagas resultantes de procedimentos administrativos de parcelamento de débitos, aplicando-se somente as parcelas vencidas e vincendas, desde que ocorra quitação integral do saldo devedor.

Art. 2º - Ficam estabelecidos os descontos nos juros e multas para os seguintes casos:

I - Até 03 (três) parcelas: 100% (cem por cento);
II - De 04 (quatro) a 06 (seis) parcelas: 80% (oitenta por cento);
III - De 07 (sete) a 10 (dez) parcelas: 60% (sessenta por cento);
IV - As multas referentes aos débitos e os juros de mora incidentes até a data da opção serão reduzidos em 40% (quarenta por cento) para pagamento em número superior a 11 (onze) parcelas, desde que a última parcela não ultrapasse o mês de dezembro de 2018.

V - a atualização monetária far-se-á até a data da opção, nos termos da lei aplicável;

Parágrafo Único - as parcelas do acordo não poderão ser inferiores a R\$ 30,00 (trinta reais).

Art. 3º - O ingresso no REFIS/2017, consolidar-se-á por meio de termo de adesão espontâneo firmado pelo devedor que pretenda ingressar no Programa de Recuperação Fiscal.

Parágrafo Único - O ingresso, a que aduz o caput deste artigo, poderá ser formalizado até 60 (sessenta) dias após a publicação desta lei, e o vencimento da última parcela, não poderá ultrapassar o mês de dezembro de 2018.

Art. 4º - Quando se tratar de crédito em que haja defesa administrativa ou defesa judicial, o contribuinte deverá protocolar o pedido de adesão ao REFIS, e ainda:

a) juntar cópia do protocolo de desistência da ação judicial, contendo expressa renúncia ao direito que se funda a ação e cláusula de assunção exclusiva da responsabilidade pelo contribuinte relativamente o pagamento da custas processuais e honorários advocatícios; e

b) juntar ao respectivo processo judicial o comprovante de pagamento dos emolumentos e das custas processuais até 60 dias após a publicação desta lei.

Parágrafo Único - Os processos judiciais somente serão extintos após a confirmação de pagamento total do crédito fiscal ou saldo consolidado de acordo, apurado nos termos desta lei, além dos encargos judiciais.

Art. 5º - Efetuada a negociação de débito através do REFIS/2017 o contribuinte beneficiado fica impedido de celebrar novo parcelamento administrativo no SAAE até a quitação total assumida pelo programa.

Parágrafo Único - O benefício será automaticamente cancelado, com a consequente propositura e/ou prosseguimento da ação, em caso de não pagamento de duas parcelas consecutivas, ou após 30 dias do vencimento a última parcela, acrescido de todos os encargos mais multa de 10% (dez por cento).

Art. 6º - O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá editar normas regulamentares necessárias a execução do REFIS, notadamente com relação a ampla divulgação deste benefício.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 12 de junho de 2017.

Lino Martins
Prefeito Municipal